

UMA NOVA DEFENSORIA PÚBLICA PEDE PASSAGEM: REFLEXÕES **SOBRE A LEI COMPLEMENTAR 132/09**

Coordenador: José Augusto Garcia de Sousa

Prefácio: Maria Tereza Sadek

ÍNDICE

- **Apresentação** (do coordenador)

- **Prefácio**

Maria Tereza Sadek – Defensoria Pública: um agente da igualdade

1. Um novo perfil

Adriana Fagundes Burger e Christine Balbinot – A nova dimensão da Defensoria Pública a partir das alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 132 na Lei Complementar nº 80/94

José Augusto Garcia de Sousa – O destino de Gaia e as funções constitucionais da Defensoria Pública: ainda faz sentido — sobretudo após a edição da Lei Complementar 132/09 — a visão individualista a respeito da instituição?

2. Novas perspectivas

Andréa Sepúlveda Brito Carotti – Propostas para uma atuação estratégica da Defensoria Pública orientada à redução da pobreza

William Douglas Resinente dos Santos – A Defensoria Pública como instrumento de efetivação do acesso à educação financeira, ao empreendedorismo e à ascensão social

3. Mais democrática e mais valorizada

Amélia Soares da Rocha – Os direitos dos assistidos e a imprescindibilidade da democratização (interna e externa) da instituição

Felipe Caldas Menezes – A reforma da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública: disposições gerais e específicas relativas à organização da Defensoria Pública da União

Luciana Zaffalon Leme Cardoso – Participação social na Defensoria Pública: inovações democráticas na esfera do sistema de justiça

Rogério Nunes de Oliveira – A valorização institucional da Defensoria Pública com o advento da Lei Complementar nº 132/09

4. Antes, fora e além do processo

Cleber Francisco Alves – Defensoria Pública e educação em direitos humanos

Renato Campos Pinto De Vitto – O uso dos meios alternativos de resolução de conflitos e a atuação interprofissional na Defensoria Pública: o novo enfoque do acesso à justiça na LC 132/09

5. Atuação na órbita coletiva e na jurisdição constitucional

André da Silva Ordacgy – Ações coletivas pela Defensoria Pública na novel reforma da Lei Complementar 80/94

Guilherme Peña de Moraes – A atuação da Defensoria Pública no sistema brasileiro de controle de constitucionalidade

6. Atuação na área penal

Geraldo Prado – A Defensoria Pública e o direito processual penal brasileiro

Rodrigo Duque Estrada Roig – O novo papel da Defensoria Pública na execução penal

7. Lutando pela concretização da igualdade e pela efetivação do próprio direito à assistência jurídica integral e gratuita

Ana Rita Vieira Albuquerque – A concretização dos direitos fundamentais sociais através da Defensoria Pública: para além dos conflitos de interesses

Rosane M. Reis Lavigne – Reforma da Justiça e os direitos da mulher: o papel da Defensoria Pública

Tiago Fensterseifer – O controle judicial das políticas públicas destinadas à efetivação do direito fundamental das pessoas necessitadas à assistência jurídica integral e gratuita

8. Em prol do direito à moradia e do direito à cidade

Adriana Britto e Alexandre Fabiano Mendes – A Defensoria Pública e o direito à moradia

José Ricardo Cunha e Ricardo Nery Falbo – Do (não) direito à cidade: da exclusão à reapropriação. Sobre uma importância específica da Defensoria Pública

9. Atuação no campo ambiental

Elida Séguin – Defensoria Pública e meio ambiente

Wagner Giron de La Torre - Defensoria e meio ambiente: os impactos socioambientais decorrentes do avanço do agronegócio - breves considerações sobre a construção de

demandas coletivas ambientais a partir do diálogo com os movimentos populares e pesquisas multidisciplinares

10. Buscando novas fronteiras

Carmelice Faitão Balbinot Pavi e Maria Aparecida Lucca Caovilla – A luta pela criação da Defensoria Pública em Santa Catarina

Francesco Rubino – Razões para uma Defensoria Pública europeia

- Anexo

Ada Pellegrini Grinover – Parecer a respeito da constitucionalidade da Lei 11.448/07, que conferiu legitimidade ampla à Defensoria Pública para a ação civil pública